

SECRETARIA DO AMBIENTE

LICENÇA MUNICIPAL DE INSTALAÇÃO

LMI N° 025/2023.

A Secretaria Municipal do Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas através da Resolução CONAMA 237, de 19 de dezembro de 1997, Lei Federal Complementar 140, de 08 de dezembro de 2011, Resolução CONEMA 92, de 24 de junho de 2021, e ainda, o Sistema Estadual Licenciamento Ambiental instituído através Decreto 46.890 de 23 de dezembro de 2019, Lei Complementar Municipal 002, de 28 de junho de 2004 e Decreto Municipal 845 de 15 de março de 2010, concede a presente Licença de Instalação, com fundamento no Parecer Técnico 31/2023 para

Nome do Requerente: Secretaria Municipal de Urbanismo e Regularização Fundiária
CNPJ: 39.547.500/0001-83

Atividade: Pavimentação e Movimentação de Terra para Nivelamento de Greide

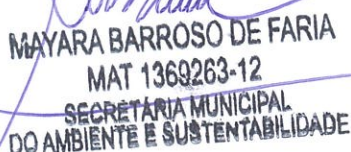
Endereço da Atividade com coordenadas:

Estrada 37: 23K UTM 705052 m E / 7492109 m S (DATUM WGS 84) e 23K UTM 704924 m E / 7494312 m S (DATUM WGS 84).
Rua 84: 23K UTM 704934 m E / 7492281 m S (DATUM WGS 84) e 23K UTM 705662 m E / 7492471 m S (DATUM WGS 84).
Rua 83: 23K UTM 704864 m E / 749236 m S (DATUM WGS 84) e 23K UTM 705656 m E / 7492550 m S (DATUM WGS 84).
Rua 82: 23K UTM 704702 m E / 7492407 m S (DATUM WGS 84) e 23K UTM 705649 m E / 7492644 m S (DATUM WGS 84).
Rua 81: 23K UTM 704668 m E / 7492500 m S (DATUM WGS 84) e 23K UTM 705637 m E / 7492748 m S (DATUM WGS 84).
Rua 80: 23K UTM 705135 m E / 7492802 m S (DATUM WGS 84) e 23K UTM 705670 m E / 7492409 m S (DATUM WGS 84).
Rua Sem Nome 01: 23K UTM 705420 m E / 7492689 m S (DATUM WGS 84) e 23K UTM 705392 m E / 7492835 m S (DATUM WGS 84).
Rua Raulino Correia: 23K UTM 705124 m E / 7493155 m S (DATUM WGS 84) e 23K UTM 705331 m E / 7493187 m S (DATUM WGS 84).
Rua Sem Nome 02: 23K UTM 705134 m E / 7493426 m S (DATUM WGS 84) e 23K UTM 705303 m E / 7493449 m S (DATUM WGS 84).
Rua 76: 23K UTM 705141 m E / 7493559 m S (DATUM WGS 84) e 23K UTM 705291 m E / 7493581 m S (DATUM WGS 84).
Rua 85: 23K UTM 705291 m E / 7493581 m S (DATUM WGS 84) e 23K UTM 705309 m E / 7493388 m S (DATUM WGS 84).
Rua 94: 23K UTM 705132 m E / 7493031 m S (DATUM WGS 84) e 23K UTM 704845 m E / 7493081 m S (DATUM WGS 84).
Estrada 93: 23K UTM 704642 m E / 7492576 m S (DATUM WGS 84) e 23K UTM 705105 m E / 7492681 m S (DATUM WGS 84).
Rua 07: 23K UTM 705160 m E / 7492962 m S (DATUM WGS 84) e 23K UTM 705361 m E / 7492993 m S (DATUM WGS 84).

Condições Validades Gerais


1. Publicar comunicado de recebimento desta licença no Diário Oficial no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de concessão desta Licença, enviando cópia da publicação à Secretaria Municipal do Ambiente – SEMA;
2. Esta Licença não poderá sofrer qualquer alteração; nem ser plastificada, sob pena de perder sua validade;
3. Requerer a renovação desta licença no mínimo 120 dias antes do vencimento do seu prazo de validade;
4. Esta Licença não exime o empreendedor de atender as demandas e exigências dos demais órgãos competentes e da legislação vigente;

Esta Licença é válida até 24 de novembro de 2027, respeitadas as condições nela estabelecidas, e é concedida com base nos documentos e informações constantes do Processo PMG nº 10025/23, de 26/10/2023.


MAYARA BARROSO DE FARIA
MAT 1369263-12
SECRETARIA MUNICIPAL
DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE


Maria Alice Domingos Picoli
Licenciamento Ambiental
SEMA
Mat.: 1369904.13

Guapimirim, 24 de novembro de 2023.


Raquel Dos S. Brisson
Licenciamento Ambiental
Mat. 1367950-22

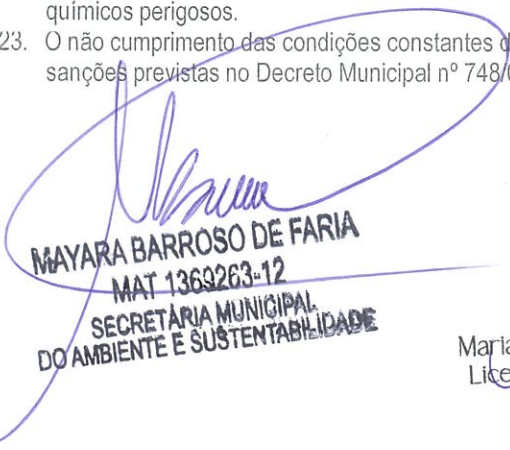
SECRETARIA DO AMBIENTE


LICENÇA MUNICIPAL DE INSTALAÇÃO

Condições de Validades Específicas

5. Esta licença é composta por 02 folhas com 23 itens referentes às condições de validade.
6. É vedado o início das obras sem a obtenção do **Alvará de Construção**, caso aplicável.
7. Atender à **Lei Complementar Municipal 002**, de 2004, que dispõe sobre o Código Municipal de Meio Ambiente de Guapimirim.
8. A placa de identificação da obra, além dos elementos básicos previstos no Art.7º do Código Municipal de Obras, deve conter o número desta licença ambiental.
9. Atender a **Lei Estadual nº 4324**, de 12 de maio de 2004, que estabelecem diretrizes visando a garantia da saúde auditiva da população do Estado do Rio de Janeiro.
10. Os resíduos de construção civil (RCC) devem ser classificados, acondicionados, armazenados e destinados conforme **Resolução CONAMA 307/02** e **Resolução Conama 469/2015**. É vedada a destinação de RCC para aterramentos ou reaproveitamento, sem prévia autorização dos órgãos competentes.
11. Os resíduos sólidos não enquadrados como de construção civil (RCC) devem ser classificados conforme **NBR 10004/04** e **armazenados conforme NBR 12.235** - Armazenamento de Resíduos Sólidos Perigosos (Classe I) e **NBR-11.174** - Armazenamento de Resíduos de Classes II (não inertes) e Classe III (inertes), quando aplicável.
12. Os dispositivos de drenagem devem ser implantados de modo a evitar alagamentos ou lançamentos de águas pluviais nas propriedades lindeiras e na própria estrada.
13. Quanto ao esgotamento sanitário, deve-se atender aos critérios e padrões estabelecidos na Resolução **CONEMA Nº 90 DE 08/02/2021**, que aprova a NOP-INEA-45.
14. Em caso de utilização de banheiro químico, deverá ser utilizado apenas de empresas licenciadas para prestação destes serviços;
15. Os dispositivos de esgoto sanitário devem ser instalados de acordo com a NBR 7229 e NBR 13969, quando se tratar de sistemas de tratamento local individual.
16. O transporte de resíduos de construção civil (quando não executado pelo serviço de coleta pública específico) e dos demais resíduos coletados (exceto RSU) deve se dar com a Manifesto de Transporte de Resíduos, conforme **Resolução Conema 79**, de 2018 que aprova o **NOP-INEA 35**.
17. É vedada a comercialização de quaisquer resíduos enquadrados como recurso mineral oriundos de escavação ou corte de talude e de resíduos vegetais que possam ser enquadrados como de origem florestal, sem prévia autorização dos órgãos ambientais competentes.
18. É vedado qualquer tipo de interferência em Área de Preservação Permanente nos termos da Lei 12651, de 2012 e em áreas frágeis nos termos do Decreto Municipal 837, de 2010, salvo aqueles autorizados nessa licença, sem prévia autorização dos órgãos ambientais competentes.
19. Evitar acúmulo de água que possam propiciar a proliferação do mosquito *Aedes aegypti* e eliminar métodos de trabalho e ambientes propícios à proliferação de vetores (insetos e roedores nocivos);
20. Qualquer alteração no projeto - ampliação ou modificação da área construída (localização, taxa de ocupação, finalidades) - deverá ser previamente informada à SEMA, e quando necessário, previamente autorizada por esta Secretaria;
21. A SEMA exigirá novas medidas de controle ambiental, sempre que julgar necessário.
22. Em caso de emergências, deve ser acionada a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, por meio do telefone (21) 97264-6811 e com o Serviço de Operações em Emergências Ambientais do INEA, plantão 24 horas, pelos telefones (21) 2334-7910 / (21) 98596-8770 em caso de ocorrências ambientais emergenciais tecnológicas com envolvimento de produtos químicos perigosos.
23. O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, às sanções previstas no Decreto Municipal nº 748/07 e da Lei Complementar 002/04 e poderá levar ao seu cancelamento.

Guapimirim, 24 de novembro de 2023.


MAYARA BARROSO DE FARIA
MAT 1369263-12
SECRETARIA MUNICIPAL
DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE


Maria Alice Domingos Picoli
Licenciamento Ambiental
SEMA
Mat.: 1369904.13


Raquel Dos S. Brisson
Licenciamento Ambiental
Mat. 1367950-22